

HABEAS CORPUS Nº 569.672 - MG (2020/0076958-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : KAELLY CAVOLI MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO : KAELLY CAVOLI MOREIRA DA SILVA - MG182324
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOSE IVALDO COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LATROCÍNIO. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR PROFERIDA EM HABEAS CORPUS MANEJADO NA ORIGEM, CUJO MÉRITO AINDA NÃO FOI JULGADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO PEDIDO QUE IMPEDE A VERIFICAÇÃO DE TERATOLOGIA. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DO ÓBICE PROCESSUAL REFERIDO NA SÚMULA N.º 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOSE IVALDO COSTA – acusado da prática dos crimes de latrocínio e organização criminosa –, no qual se indica como ato coator a decisão em que o Relator do HC n.º 1.0000.20.034737-5/000, em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, indeferiu o pedido liminar formulado naquele *writ*.

Alega-se, em suma, que a prisão processual do Paciente – iniciada em janeiro de 2020 – é ilegal, pois não há elementos concretos de autoria; não estão configurados os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal; e o Segregado padece de doença respiratória.

Requer-se, liminarmente e no mérito, seja reconhecido o direito do Paciente de "*aguardar em liberdade o prosseguimento do feito, pelas razões expostas e em caráter humanitário*" (fl. 30).

É o necessário para relatar, considerada a documentação incompleta do feito. Decido.

Conforme posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por esta Corte, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em

outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, ao Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 506.812/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 01/07/2019; PET no HC 514.638/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/08/2019; HC 406.428/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 29/09/2017; HC 349.829/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 01/08/2016, *v.g.*).

Assim, ordinariamente, não pode ocorrer a superação de tal óbice processual, salvo nas hipóteses em que se evidenciar situação absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, por forçar o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimir a competência da Inferior e subverter a regular ordem do processo.

Além disso, vale referir que constitui ônus do **Impetrante (ou do Recorrente) narrar e instruir completa e adequadamente o habeas corpus (ou seu respectivo recurso)**, por se tratar de remédio constitucional que "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018).

No caso, sustenta-se a ilegalidade da constrição processual. Todavia, a única decisão de primeiro grau trazida aos autos analisa pedido de revogação da prisão preventiva, no qual o Juiz da causa consignou que "*os requisitos da prisão preventiva foram devidamente analisados nas decisões já proferidas nestes autos*" (fl. 71 e fl. 142). Ou seja, não vieram aos autos nem o título que decretou inicialmente a medida cautelar, nem cópias das outras decisões que foram proferidas. **Portanto, não há como compreender devidamente a controvérsia.**

Considerada essa conjuntura, não é possível ultrapassar a vedação referida na Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, **pois a deficiência na instrução do feito impede a verificação da ilegalidade suscitada** e, conseqüentemente, o conhecimento da presente impetração, conforme orientação reiteradamente ratificada por

julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

A propósito, cito os seguintes precedentes:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. SÚMULA 691/STF. CRIMES DE ROUBO MAJORADO E DE CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO WRIT.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, consoante iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

2. ***Não se conhece de habeas corpus impetrado contra indeferimento de liminar por Relator em habeas corpus requerido a Tribunal Superior. Súmula 691. Óbice superável apenas em hipótese de teratologia.***

3. Inviável o exame de teses defensivas não analisadas pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.

4. ***A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de inadmitir o conhecimento de habeas corpus, não instruídos os autos com peça necessária à confirmação da efetiva ocorrência do constrangimento ilegal.***

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento." (STF, HC 151.059-ED, Rel. Ministra ROSA WEBER, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/05/2018, 16/05/2018; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA PRETENSÃO DEDUZIDA. SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. ***Hipótese na qual o writ, impetrado contra decisão que negou liminar, foi indeferido liminarmente, por falta de instrução, não tendo sido juntada ao feito cópia da decisão em liminar proferida pela Corte estadual, o que inviabiliza a análise da pretensão deduzida no writ.***

2. ***O rito célere do habeas corpus demanda, para que seja analisada a ocorrência de constrangimento ilegal, prova pré-constituída, sendo de responsabilidade exclusiva do impetrante a instrução do writ.***

3. A transcrição do teor da decisão no corpo da inicial da impetração não se mostra suficiente para sanar o vício e possibilitar o exame da matéria nesta Corte.

4. Ainda que fosse considerada a mera transcrição do decism

Superior Tribunal de Justiça

no corpo da petição inicial, não se constataria constrangimento ilegal patente, apto a justificar a superação do enunciado n. 691 da Súmula do STF.

5. *Agravo regimental desprovido.*" (STJ, AgRg no HC 484.988/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 14/02/2019; sem grifos no original.)

No mais, nem se diga que o caso é de concessão de provimento de ofício. Conforme ressaltado na decisão ora impugnada, quanto ao Paciente, "*o juízo singular já solicitou ao presídio local informações sobre seu estado de saúde e quais tratamentos tem sido realizados*" (fl. 95). Portanto, ao que parece, há o devido atendimento à orientação do Conselho Nacional de Justiça de análise caso a caso das situações de risco decorrentes da Pandemia de Covid-19, nos termos da Recomendação n.º 62/2020-CNJ.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora